

Aborto: os novos fantasmas dos conservadoress

Só este ano, sete novos projetos legislativos tentam restringir direito, mesmo nos poucos casos em que a lei o reconhece. Propostas miram, entre outros, o aborto por meio de fármacos e teleassistência — que pode ser seguro e já é praticado no SUS

([Outra Saúde | 24/09/2021 | Por Leila Salim e Raquel Torres](#))

QUANTOS PASSOS ATRÁS?

Se o México [descriminalizou](#) o aborto há duas semanas e a Argentina [o legalizou](#) no fim do ano passado, o máximo que o Brasil tem conseguido fazer é evitar uma rápida corrida para trás. Quem nota o descompasso é o site *Gênero e Número* a partir de [levantamento](#) do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfmea). Até agora, em 2021 foram apresentados sete projetos de lei envolvendo o aborto na Câmara dos Deputados - e [todos eles buscam impedir ou criar barreiras para a interrupção da gravidez](#), incluindo nos casos hoje autorizados pela legislação.

O número de projetos de lei sobre o tema diminuiu em relação a [2019](#) (quando foram 28) e [2020](#) (14), mas antes havia os que buscavam garantir ou ampliar esse direito. Agora, não mais. O principal nome da Câmara na cruzada contra o aborto é o da deputada Chris Tonieto (PSL/RJ), que este ano apresentou duas propostas.

Uma é para a criação do [Estatuto do Nascituro](#) - que volta e meia aparece no Congresso - e outra é para proibir a orientação, prescrição ou realização do procedimento [via telemedicina](#).

Para quem não está familiarizado com o assunto, pode parecer estranha a ideia de se realizar aborto “a distância”. Mas isso é possível porque, quando realizado no começo da gestação e bem orientado, o aborto [induzido por medicamentos](#) é bastante eficaz e seguro, podendo acontecer em casa. O [recurso já era usado](#) em países como os Estados Unidos antes da pandemia e, com a covid-19, se mostrou uma boa forma de garantir a continuidade do acesso. [No Brasil](#), o Ministério Público Federal publicou uma nota em julho deste ano defendendo a prática nos caso de gravidez decorrente de estupro. O [primeiro serviço legal](#) de aborto por telemedicina aqui é o Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas) do Hospital das Clínicas de Uberlândia. Só em 2021, conseguiu evitar 90% das internações de aborto legal.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)